



## **LEI ORDINÁRIA Nº 1724**

*de 06 de outubro de 2014*

**DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE FOMENTO E  
DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO LOCAL E A GARANTIA DE  
COMPRAS, COM A FINALIDADE DE EXPANSÃO DOS NEGÓCIOS  
DA CIDADE E A SATISFAÇÃO NA AQUISIÇÃO DE BENS E  
SERVIÇOS PELOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

*DR. ERNEY CUNHA BAZZANO BARBOSA, Prefeito Municipal de Jardim -  
Estado de Mato Grosso do Sul, FAZ SABER que a Câmara aprovou e eu  
sanciono a seguinte Lei:*

### **Art. 1º..**

*Fica o Poder Executivo autorizado a promover o Programa de Fomento e Desenvolvimento do Comércio Local e a Garantia de Compras, com a finalidade de expansão dos negócios da cidade e a satisfação na aquisição de bens e serviços pelos servidores públicos municipais.*

**Parágrafo único. .** *Para a consecução do objetivo desta lei, o Poder Executivo poderá dispor do controle da folha de pagamentos, por meio de sistemas de consignação, garantindo direito aos servidores às antecipações de salários das respectivas compras efetuadas.*

**Art. 2º..** *A promoção de ações que visem garantir o acesso dos servidores municipais nas redes do comércio local será precedida da análise licitatória que garanta melhor opção para o Município, ocasião em que interessados em gerir tal sistema demonstrem, sob os princípios da universalidade, impessoalidade e legalidade, que detém experiência pretérita suficiente para desenvolver o sistema.*

**Art. 3º..** Independente da modalidade utilizada para aferir a melhor opção para realizar o sistema de que trata esta lei, deverão ser asseguradas ao servidor municipal vantagens econômicas ao aderir ao programa.

**Parágrafo único.** . Em qualquer caso, o comprometimento efetuado pelo servidor não será superior a 30% (trinta por cento) de seus rendimentos, ficando vedada qualquer operação que, isolada ou conjuntamente, ultrapasse tal percentual.

**Art. 4º..** Para garantir o pagamento das compras efetuadas pelos seus servidores, o Município procederá ao desconto nos salários e o respectivo repasse a rede de comércio credora, tendo por base a mesma data em que faria o pagamento da folha de pagamento.

**1º** Para gerir o sistema de tais consignações, além da contratação possibilitada no art. 2º, o Município fará adaptações necessárias em seu sistema de folha de pagamentos, a fim de que o programa de fomento às compras seja efetivado.

**2º.** As Secretarias Municipais de Administração e de Finanças ficam autorizadas a tomar as medidas necessárias para implantação do sistema de que trata esta lei.

**Art. 5º..**

Para a definição da celebração de vínculo entre a Prefeitura e aqueles que pretendam atuar na exploração dos serviços que permitirão implantar o programa que trata esta lei, fica estabelecida exigência de comprovação de experiência pretérita no ramo, inclusive com atuação na cidade de Jardim.

**Parágrafo único.** . As associações comerciais, rurais, e assemelhados poderão certificar o reconhecimento de sistemas que funcionem com êxito entre a rede local, a fim de conferir subsídios ao Poder Público no momento da definição do formato a ser utilizado.

**Art. 6º..** Deverá ser observada a total liberdade de vinculação do servidor ao sistema de compras a ser implantado, garantindo-lhe o acesso por sua livre e manifesta vontade, após a análise das vantagens a si disponibilizadas pelo sistema.

**Parágrafo único.** . O Poder Público Municipal deverá implantar e escolher o sistema referido nesta lei, de forma a garantir acesso universal ao servidor interessado bem como do comerciante e prestador de serviços da rede local, porém impedindo a existência de sistemas de consignação paralelos que utilizem a folha de pagamento municipal.

**Art. 7º..**

Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar as atribuições complementares para que os sistemas definidos nesta Lei sejam efetivados no âmbito Municipal.

**Art. 8º..** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JARDIM/MS, 06 DE OUTUBRO DE 2014

DR. ERNEY CUNHA BAZZANO BARBOSA Prefeito Municipal

---

Lei Ordinária Nº 1724/2014 - 06 de outubro de 2014

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em*